

SPRA



informação.ano XV.nº81.abril.2021

Combater a precariedade docente

Uma reivindicação
fundamental





EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

Quando o melhor possível é bom!

Os dois assuntos profissionais que mais dificultam a atividade sindical são as alterações curriculares e os concursos do pessoal docente. O primeiro mina a coesão profissional, porque ninguém quer perder tempos semanais da sua disciplina (ainda por cima não é matéria, nos termos da Lei de negociação sindical), o segundo porque os docentes são “opositores” uns dos outros, num concurso por uma vaga ou horário. Assim, sempre que se altera a lei e, consequentemente, formas de seriação dos “opositores”, estamos a criar novos contentes e novos descontentes! Decorreram vinte anos desde a última vez que o SPRA assinou um acordo de negociação de um diploma de concursos. A Direção do SPRA considera que, com as alterações introduzidas decorrentes da sua ação, foi possível criar um diploma equilibrado que:

- Combate a precariedade;
- Permite o acesso à carreira;
- Disponibiliza as vagas primeiro no concurso interno;
- Permite a recuperação automática de todas as vagas;
- Cria bolsas de docentes em quadro de ilha;
- Determina a abertura de vagas em quadro de ilha, de forma verificável (a partir das contratações dos três anos anteriores), e que, em alguns casos, correspondem a necessidades transitórias do Ensino Público;

- Facilita a aproximação à residência e/ou à ilha de residência.

O diploma agora publicado, cumprindo o desiderato político que levou à sua alteração, o de combate à precariedade, representa um diploma de concursos do pessoal docente adaptado à nossa condição arquipelágica, não sendo uma mera réplica de soluções apresentadas no Continente ou na Região Autónoma da Madeira, geradoras de ultrapassagens e de injustiças. Da implementação do diploma agora negociado e aprovado resultará que, num futuro próximo, a contratação anual de docentes do ensino público na Região Autónoma dos Açores será meramente residual. ●

Sempre que se altera a lei e, consequentemente, formas de seriação dos “opositores”, estamos a criar novos contentes e novos descontentes!

SPRA 
informação.ano XLVI.n.º81.abril.2021

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Vitória Fonseca |

João Natal | Filipe Campos |

António Dutra | Alice Ferreira |

Natasha Ferreira

Editor:

Fernando Vicente

Paginção e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Lúisa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região

Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep.Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do

SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação

do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandres Chaves, 12 C

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | tlm: 961 362 236

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

R. José Martins Garcia

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tlm: 924 479 318

flores@spra.pt



Quadro de Ilha

Entre a instabilidade do contrato a termo e a estabilidade do quadro de escola

Para qualquer Sindicato digno desse nome, o vínculo e a estabilidade profissionais ocupam os primeiros lugares nas suas exigências diárias. Para o SPRA, não é diferente. Quando, em 2007, todos os funcionários públicos regionais passaram a pertencer a quadros de ilha, a ação do SPRA manteve o vínculo a uma escola; quando atravessávamos o período negro da Troika e da austeridade (sempre dirigida apenas à parte mais fraca, o trabalhador e as pequenas empresas), o SPRA conquistou, na prática, a anualidade dos concursos; quando alastrava a instabilidade e a precariedade, o SPRA conseguiu que vinculassem em média, 100 contratados por ano.

Quando nos referimos à entidade “Sindicato” ou “SPRA”, não a podemos separar do conjunto dos professores. A força do SPRA reside no facto de veicular, com rigor, a opinião dos docentes da Região, transmitir a sua disposição para a luta e de exigir o que é melhor para esta classe – que coincide com o que é melhor para os alunos dos Açores. Este é o segredo pior guardado, que cada Secretário da Educação conheceu e conhecerá bem de perto. Numa frase, a

ação do SPRA, por ser o reflexo da força organizada dos professores e educadores, altera a realidade da Educação Regional, para melhor!

As preocupações do SPRA nas negociações para alteração do modelo de concursos

Muito há para resolver, como todos sabemos. A instabilidade é vivida ano após ano por mais de meio milhar de docentes nos Açores – *Qual a escola? Qual o horário? Quando inicio? Qual a ilha? Quantas horas terei? Quanto tempo falta para vincular? Como compatibilizo a minha vida profissional com a vida familiar?*

Foi com esta caracterização em mente, com particular preocupação no muito que há para resolver, que o SPRA participou nas negociações para alteração do modelo de concursos, cuja principal novidade residia na criação de um quadro de dimensão superior ao da escola. Numa região com as nossas características geográficas, o risco é evidente...

Quatro propostas

Em traços gerais, apresentaram-se, nas 3 reuniões de negociação, quatro propostas diferentes:

1. Inicialmente(21/01/2021), a SRE propunha um **quadro regional, sem concurso**, sendo ambas as situações inaceitáveis, para o SPRA, pela **instabilidade e pelas ultrapassagens** que iriam causar nos concursos;

2. na 2.ª reunião, a 01/02/2021, foi proposta a criação de **quatro quadros de zona, havendo concurso mas apenas para quem tivesse completado 990 dias no ensino público regional**, o que também

O diploma está já aprovado, mas (no momento em que fechamos esta edição) ainda não foi publicado. Deverá entrar em vigor este ano e permitirá, no imediato, vincular mais de duas centenas e meia de docentes; garantirá que cada um deles progrida na carreira; permitirá saber que, anualmente, terão emprego e conhecer a ilha em que lecionarão (podendo candidatar-se a escolas de outras ilhas). Ficarà sobre nós a responsabilidade de reivindicar o que sempre temos vindo a exigir e com sucesso: abertura de lugares em quadro de escola, o único com qualidade e que garante estabilidade ao trabalhador!

104 | REGIÃO

05.FEV.2021 DIÁRIO INCLAR

PROPOSTA DO GOVERNO REGIONAL SÓ OBTIVE ACORDO DE UM DOS SINDICATOS
Professores contratados integram quadro de ilha

A medida deverá abranger 268 professores a contrato há três anos seguidos. O SPRA diz que é uma mais-valia, mas o SDPA insiste na integração em quadros de escola.



SOFIA RIBEIRO Secretária regional depois que seria uma "total irresponsabilidade" integrar contratados no quadro de escola

A secretária regional da Educação vai propor a integração dos professores contratados sucessivamente no regime em quadros de ilha, mas, após três reuniões de negociação, só chegou a acordo com um dos sindicatos.

"Esta proposta veio, no âmbito do território nacional, os Açores integram um sistema em que o recurso imediato a contratação nos mesmos locais determina a abertura de vagas, baseada no critério em que não se incluem no país", afirmou a secretária regional da Educação, Sofia Ribeiro, em declarações aos jornalistas.

A proposta inclui, entre outros, no Agrupamento de Escolas, após acordo de negociação com o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) e com o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), na terceira e última reunião do processo negociado sobre a abertura ao recrutamento de docentes.

O decreto legislativo regional, que será ainda aprovado em Conselho de Governo e enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, prevê que os docentes com

é considerado que, com esta medida, "brevemente a precariedade docente nos Açores será absolutamente residual".

deveria ser alargado para 600. "O SDPA não pode aceitar que o termo de precariedade libere pessoas significativas para o Estado e

algumas unidades orgânicas. "Se eu pudesse só criava quadros de escola, obviamente. Agora o que o Governo não pode fazer é estar a

Regional

Professores querem alterações à proposta sobre contratados

Professores contratados pedem alterações à proposta de integração em quadros de escola. O SDPA não pode aceitar que o termo de precariedade libere pessoas significativas para o Estado e algumas unidades orgânicas.

SECRETARIA REGIONAL
 Educação Regional dos Açores

Secretaria pondera criação de quadros de ilha para docentes contratados

Sindicato dos Professores da Região Açores diz que há "forte possibilidade" de serem criados quadros de ilha e de cálculo de vagas ser diferente

era inaceitável, por excluir um conjunto significativo de docentes e por vincular estes docentes a um conjunto de ilhas;

3. na última reunião, a 05/02/2021, a SRE propôs a **criação de quadros de ilha, abrindo-se concurso para todos os docentes profissionalizados** (embora em diferentes prioridades, em função do quadro e do tempo de serviço no público regional), o que correspondia a uma melhoria significativa relativamente à proposta inicial, mas havendo ainda alguns aspetos importantes que deveriam ser corrigidos ou melhorados;

4. no mesmo dia, a última proposta apresentada corrige estes aspetos, tendo-se conseguido ainda dois avanços importantes:

a. simplificaram-se os critérios para **obtenção da "prioridade regional" no concurso externo para quadro de escola** (mantém-se a necessidade

de cumprir 3 anos de serviço, mas passa a ser considerado todo o serviço prestado com habilitação profissional, independentemente do grupo em que é exercido);

b. reduziu-se a exigência para obtenção da **2.ª prioridade no concurso para quadro de ilha** (inicialmente, 8 anos de serviço, independentemente de quando haviam sido prestados, tendo-se passado para 4 anos de serviço).

Questões resolvidas

Outros aspetos ficaram resolvidos, nomeadamente:

1. São facilitadas as condições que, nas substituições temporárias, levarão os docentes a permanecer em funções após o regresso do titular do horário;

2. Passam a ser considerados horários anuais (para efeitos de concurso) os que resultem de substituições temporárias que se iniciem antes do ano letivo e terminem

a 31 de agosto. A proposta final, que o SPRA assinou, garante, assim, quatro aspetos fundamentais:

1. as necessidades permanentes do sistema educativo continuam a ser asseguradas por abertura de vaga em **quadros de escola, que não saem fragilizados pela criação do quadro de ilha;**

2. criam-se os **quadros de ilha** para responder a necessidades transitórias, que, no entanto, se verificam de forma sucessiva, **criando vagas de forma dinâmica no sistema;**

3. por via dos quadros de ilha, é possível aumentar a estabilidade do sistema educativo e da vida pessoal e profissional de muitos colegas;

4. e é parcialmente resolvido um problema de precariedade para centenas de docentes, que ficarão com a sua vida melhor – saberão em que ilha trabalharão e podem ter acesso à carreira docente. ●



O SPRA e a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º X/2021/A, que altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário (2.ª versão – 25/01/2021)

Parecer emitido a 1/02/2021
Combater a precariedade docente - uma reivindicação fundamental



Dois projetos foram já aprovados na generalidade

Intervenção da FENPROF deu resultados

Grupos Parlamentares apresentaram diversos Projetos de Resolução sobre horários e concursos

Face ao teor do Aviso de Abertura dos concursos para o ano escolar de 2021-2022, a FENPROF dirigiu-se aos diferentes grupos parlamentares, através de ofício datado de 17 de março, exortando-os ao desenvolvimento das iniciativas que entendessem adequadas, para determinar a consideração de todos os horários, completos e incompletos, no âmbito da Mobilidade Interna (MI), por um lado, e no sentido de permitir a celebração de contratos pelos candidatos da 1.ª prioridade do concurso externo (os abrangidos pela designada norma travão) que neste não vierem a obter colocação.

Na sequência desta interpelação da FENPROF e no sentido que nesta se propôs, os grupos parlamentares do PCP, do BE, do PSD, do PAN e do PEV, apresentaram, respetivamente, os Projetos de Resolução n.os 1100/XIV/2.ª, 1114/XIV/2.ª, 1122/XIV/2.ª, 1138/XIV/2.ª e 1140/XIV/2.ª.

Apesar de o Projeto de Resolução

apresentado pelo PCP (o qual, para além das duas matérias referidas atrás, versava sobre outras regras do concurso e sobre vinculação) ter sido recusado (com votos contra de PS e IL e abstenções de PSD e CDS-PP), **foram já aprovados na generalidade os Projetos de Resolução do BE** (com votos contra de PS e IL e abstenção de CDS-PP) **e do PSD** (com votos contra de PS), aguardando-se, ainda, no momento em que fechamos esta edição, o agendamento da votação na generalidade dos restantes projetos apresentados.

Considerando os já aprovados na generalidade, os quais baixaram à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto da Assembleia da República, **ambos os projetos recomendam ao governo que considere todos os horários no âmbito da MI e que não impeça a celebração de contratos por quaisquer candidatos ao concurso externo que neste não venham a obter colocação**; quanto ao projeto apresentado

pelo BE, recomenda ao governo, além disso, que abra um processo negocial de revisão do regime de concursos e que permita, ainda no ano letivo em curso, que os candidatos ao concurso externo concorram a quaisquer vagas abertas a concurso, o que também vem sendo reclamado pela FENPROF.

Sendo certo que os projetos de resolução já aprovados não têm um efeito vinculativo sobre a conduta do Ministério da Educação, a verdade é que constituem um passo dado no caminho para a resolução dos dois problemas identificados atrás, o que a FENPROF valoriza, como realça a nota divulgada pelo Secretariado Nacional, no passado dia 29 de março. ●



O Sindicato dos Professores da Região Açores reconhece o desiderato político do Governo de combater a precariedade docente na Região. Esta reivindicação tem sido uma constante desta estrutura sindical na exigência, aos diferentes governos, da abertura de vagas de quadro de escola, permitindo, assim, que os docentes contratados tenham um vínculo estável e um posto de trabalho que possibilite conciliar a vida profissional, com a vida pessoal e familiar.

O SPRA valoriza as alterações estruturais apresentadas na segunda versão da proposta de alteração ao regime de concursos do pessoal docente, quer na

redução da área do novo quadro de 9 ilhas para 4 quadros de zona (três conjuntos de duas e um conjunto de três ilhas), quer nas alterações no acesso à nova tipologia de quadro.

"Consideramos, no entanto, que se trata ainda de um retrocesso na dimensão de quadros que permitem um vínculo laboral, uma vez que em causa está uma tipologia já implementada na Região, a partir de 1993 e tendo sido extintos em 2012, por intervenção direta do SPRA, por não permitir a estabilidade pessoal e profissional dos docentes, atendendo a que o território da Região Açores, ao contrário do Continente e do arquipélago da

Madeira, é geograficamente descontínuo e intrinsecamente ultraperiférico", lê-se noutra passagem

Nesta tomada de posição divulgada a 1 de fevereiro, o SPRA lembra que "na primeira ronda negocial, no passado dia 21 de janeiro, o SPRA referiu um conjunto de princípios que norteiam a sua ação sindical no âmbito dos concursos do pessoal docente, a saber:

1. O princípio da graduação profissional como principal fator de ordenação dos opositores aos concursos do pessoal docente;

2. Os quadros não devem ter dimensão superior ao da unidade orgânica;

Ensino Presencial e a distância

Princípios defendidos pelo SPRA

A Direção do SPRA divulgou em tempo oportuno uma tomada de posição sobre o ensino presencial e a distância, que é também um comentário às questões colocadas pela Secretária Regional da Educação, relativamente à manutenção de dois sistemas de ensino.

O ensino presencial é a forma mais eficaz de desenvolver o processo educativo e de ensino aprendizagem. É, também, neste pressuposto, de eficácia, que consideramos que esta modalidade de ensino é a mais adequada para um estado democrático, que, como tal, combate as desigualdades sociais e encara o Sistema de Ensino como um mecanismo de elevação social. Assim, consideramos que o ensino a distância deve ter um caráter excepcional e/ou supletivo, sendo os meios de comunicação eletrónica e digital apenas mais uma ferramenta pedagógica, como tantas outras. Esta é a primeira observação do SPRA, que realça:

"O ensino a distância deverá apenas ocorrer quando, por razões devidamente fundamentadas, os alunos não puderem frequentar as aulas de forma presencial, ou por decisão da Direção Regional da Saúde o isolamento de um aluno, grupo de alunos, comunidade escolar ou concelho se imponha."

3. As vagas ou horários devem, em primeiro lugar, ser disponibilizados, por via de concurso ou prioridade, aos docentes do quadro de unidade orgânica/quadro de escola, em segundo, aos detentores de um quadro de outra tipologia e, por último, aos docentes sem vínculo;

4. A mobilidade entre os três sistemas educativos públicos do país deve estar garantida com princípios de igualdade e reciprocidade."

Concurso externo e concurso para qualquer outra tipologia de quadros

O SPRA considera, também, que "todos os docentes que se candidatem ao concurso

Noutra passagem, a Direção sindical refere:

"A transmissão direta da aula está a merecer sérias reservas dos professores, que a FENPROF acompanha. Por um lado, questionam-se a validade pedagógica e os benefícios para os alunos desta "dupla aula"; não só pelas limitações técnicas, mas porque um formato de aula presencial, quando sujeito a este duplo desenvolvimento, acaba por prejudicar a relação pedagógica entre o docente e os alunos, qualquer que seja o modo como participam na aula; por outro lado, há o risco de os professores verem gravado, adulterado e/ou divulgado o seu trabalho, por exemplo, através das redes sociais, como já aconteceu no passado, agora agravado pelo facto de estes estarem a desenvolver uma atividade presencial, cuja preparação e concretização em muito se distingue das atividades orientadas para o ensino a distância".

Sublinhando que nem todas as escolas optaram por esta solução e que foi muito expressivo o número de professores que se dirigiram aos seus sindicatos, apreensivos por lhes ter sido imposta esta modalidade, a tomada da posição do SPRA recorda que a FENPROF, procurando responder às solicitações que lhe chegam, defendeu que **"os alunos que têm de ficar no domicílio deverão**

externo para provimento em quadro de escola não podem, nem devem, ser impedidos de ser opositores ao concurso para qualquer outra tipologia de quadros, porque não é legítimo, de forma alguma, que se negue o acesso de candidatos, no mesmo concurso, a uma tipologia de quadro específica. Consideramos que deve ser dada essa possibilidade, mesmo que em diferente prioridade.

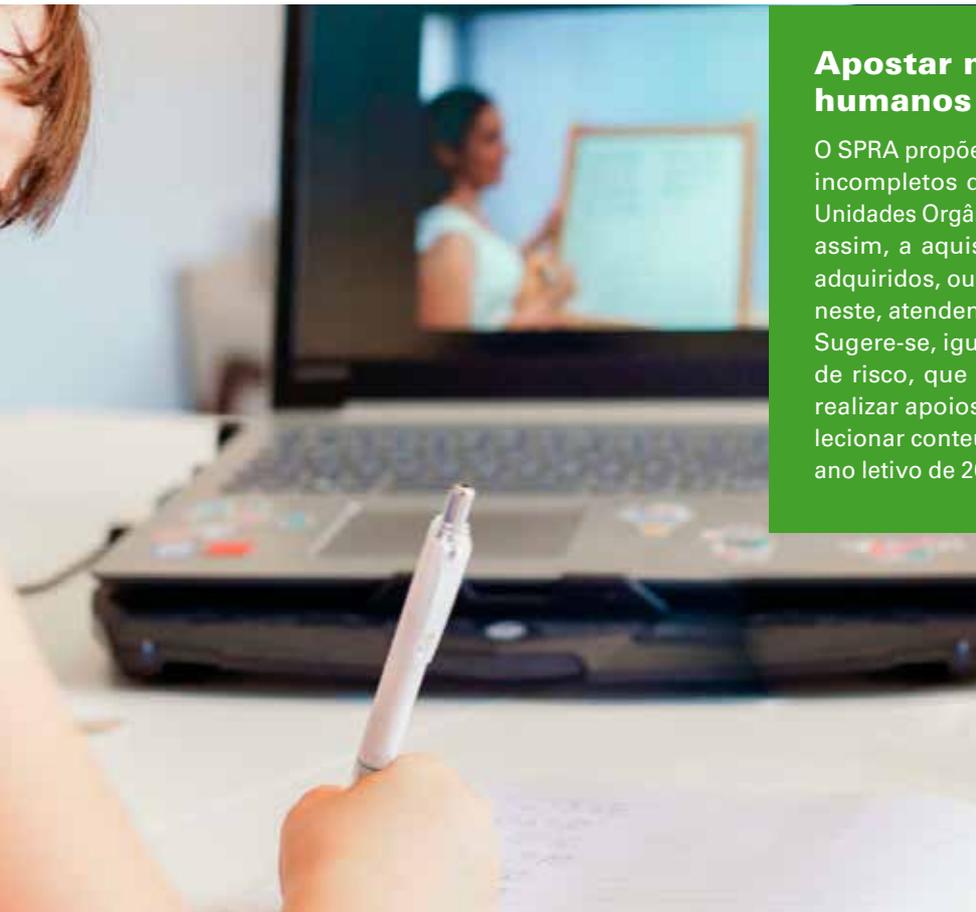
"Embora a presente proposta apresente melhorias de pormenor em várias matérias do diploma, consideramos, no entanto, que se mantém, após a segunda proposta, uma questão que nos divide, que tem a ver com a criação



manter atividade escolar a distância; contudo, não é solução essa atividade ser garantida através do visionamento de aulas presenciais."

Tal modalidade, acrescenta o SPRA, não se enquadra em qualquer dos regimes definidos no ponto 6 da Recomendação do Conselho de Ministros 50-D/2020 de 20 de julho, pelo que o professor deverá questionar essa situação quando a mesma lhe é imposta; também não é razoável, em

de um novo quadro que degrada as condições pessoais e profissionais dos seus detentores, não só porque não é um quadro de unidade orgânica – aquele que defendemos, que é o único de qualidade e que, verdadeiramente, combate a precariedade – mas, sobretudo, porque agrega mais de uma ilha e introduz uma intensa precariedade na vida dos docentes vinculados a este quadro", conclui o SPRA. ●



Apostar no reforço dos recursos humanos

O SPRA propõe o recurso ao completamento dos horários incompletos dos docentes em funções nas diferentes Unidades Orgânicas, bem como à contratação, permitindo, assim, a aquisição e consolidação de conhecimentos adquiridos, ou não, no ano letivo transato e, até mesmo, neste, atendendo ao encerramento de algumas escolas. Sugere-se, igualmente, o recurso a docentes de grupos de risco, que poderão, através de meios telemáticos, realizar apoios de reforço de aprendizagens ou mesmo lecionar conteúdos que deveriam ter sido lecionados no ano letivo de 2019/2020, conclui o apontamento do SPRA.

em teletrabalho mantêm todos os direitos relativos à remuneração e aos subsídios, com exceção dos subsídios de itinerância e deslocação", o Sindicato observa:

"O período de confinamento do ano letivo passado, para além da demonstração prática das qualidades e potencialidades do ensino presencial no processo educativo e de ensino aprendizagem, demonstrou, também, as lacunas do processo de ensino a distância." "Estas lacunas, como a falta de equipamentos, para professores e alunos, a falta de controlo parental, entre outras, não tiveram origem apenas na primeira fase de aplicação desta modalidade de ensino, mas, também, pela ausência de interação e por outros aspetos negativos decorrentes de um relacionamento não presencial. Recorde-se que foi assumido por toda a comunidade educativa as dificuldades de cumprimento dos programas das várias disciplinas no ano letivo transato e a necessidade de aplicar "reforços" durante o presente ano letivo", lê-se mais adiante. ●

termos de aprendizagem, que um aluno se veja obrigado a visualizar aulas durante um número consecutivo de horas, como se estivesse na escola, pois o contexto do ensino presencial não é o mesmo.

Recomendações da UNESCO

A tomada de posição sindical lembra que, de acordo com recomendações da UNESCO para o ensino a distância, as sessões síncronas não devem ter mais de

20 minutos no ensino básico nem mais de 40 minutos no ensino secundário.

Sempre que um docente leccione a distância e desfasado no tempo, em relação à aula presencial, a um aluno ou grupo de alunos, a aula integra a componente letiva do docente, tendo que ser considerado serviço extraordinário se for para além da sua componente letiva registada no horário de estabelecimento.

Depois de realçar que "os docentes



Nota informativa divulgada

a 7/02/2021

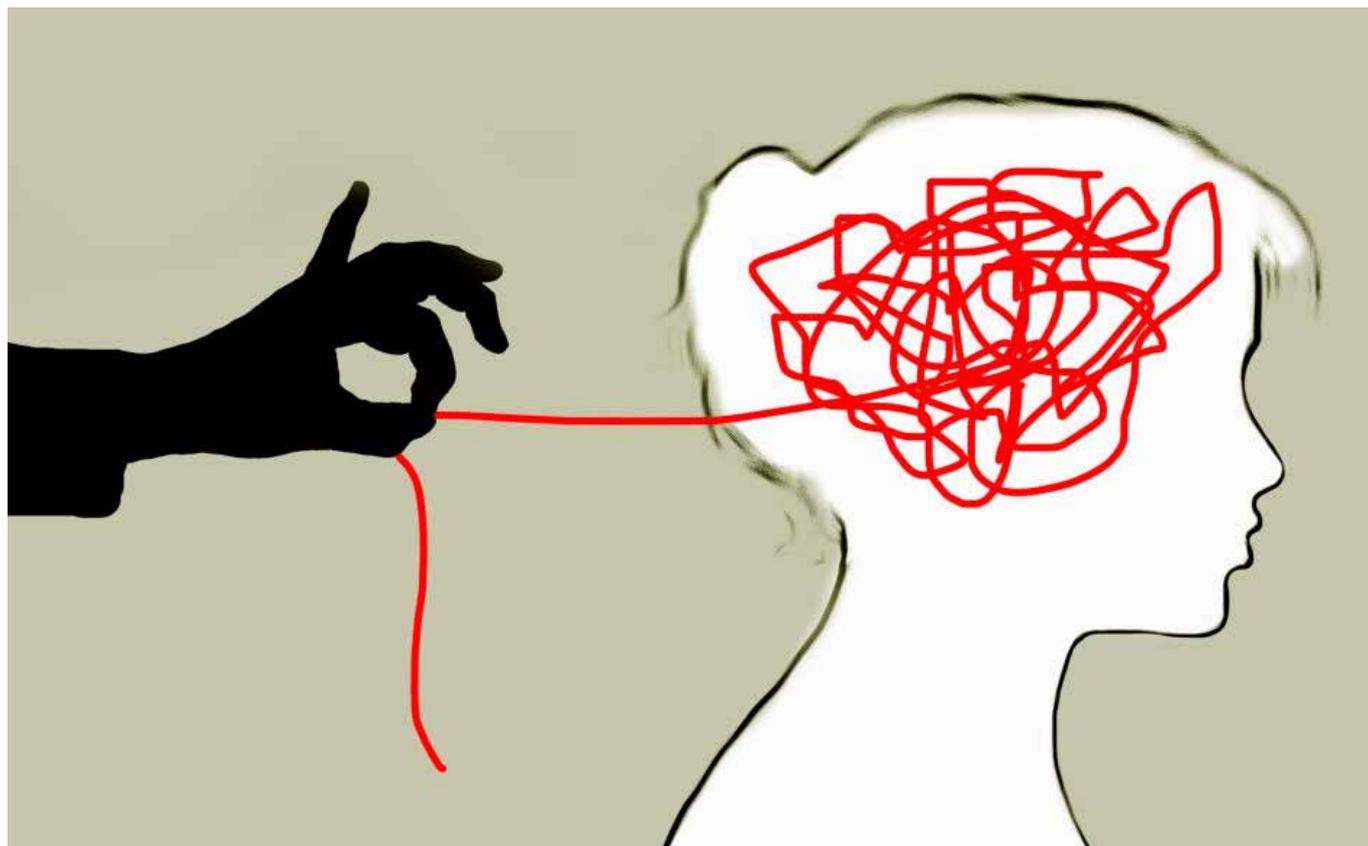
É nas Escolas que são necessários os docentes!



A Direção do SPRA aborda o processo negocial sobre as alterações ao Regulamento de Concursos do Pessoal Docente na RAA e comenta desde logo: "A proposta que foi acordada com a SRE é estruturalmente diferente da inicial, tendo havido uma substancial

aproximação à posição dos professores expressa nos plenários do SPRA."

Na nota divulgada a 7 de fevereiro, o Sindicato salienta que os quadros de escola - único quadro com qualidade - não são diminuídos, aliás, este aspeto é reconhecido na proposta de diploma de



"Professores portugueses são os europeus com mais stress"

Os professores portugueses do 3.º ciclo são os europeus que mais se queixam de stress, os mais insatisfeitos com o salário e os que têm carreiras mais precárias, revela um estudo divulgado (24/03/2021).

Quase nove em cada 10 docentes portugueses que dão aulas a alunos dos 7.º ao 9.º anos disseram sofrer "muito" ou "bastante" de stress quando estão a trabalhar, segundo o relatório "Professores na Europa: Carreiras, Desenvolvimento e Bem-Estar" da Eurydice, um organismo da Comissão Europeia.

concursos. Da solução encontrada não resultará qualquer redução do número de vagas a abrir em quadro de escola, somando-se-lhe as vagas a abrir em quadro de ilha. Outro aspeto fundamental é a preservação, no essencial, da graduação profissional como critério de ordenação, podendo todos os docentes com habilitação profissional ser opositores ao concurso para quadro de ilha, mantendo-se as regras para quadro de escola.

Destes aspetos sintéticos, refere a nota sindical, pode-se concluir que resultará maior estabilidade, tanto na vida pessoal e profissional dos docentes, como no próprio sistema educativo.

Assim, e tendo o SPRA assumido, expressamente, o seu princípio de valorização do quadro de escola, mas tendo-se, simultaneamente, conseguido construir um modelo de concursos que, já no próximo ano letivo, a ser aprovado, permite maior estabilidade, o Sindicato dos Professores da Região Açores deu o seu acordo à proposta final apresentada, dando voz às opiniões dos docentes, nomeadamente as expressas nos plenários, de que, não havendo vontade política de integração dos docentes contratados a termo no único quadro existente – o QE –, no limite, seria de aceitar o quadro de ilha.

GLOBALMENTE, O QUE MELHORA NA VIDA DOS DOCENTES COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO REGULAMENTO DE CONCURSOS? A Direção do SPRA responde:

- Perante a criação de quadros de ilha, os docentes do quadro de escola, têm mais uma alternativa para, finalmente, se deslocarem para a ilha da sua residência.
 - Os docentes contratados passam a ter um mecanismo dinâmico de integração nos quadros de ilha, sem que tenham a obrigação de concorrer para os quadros de escola de outra ilha. Para o apuramento de vagas, também poderão ser contabilizadas

A rede de informação sobre os sistemas educativos na Europa comparou a situação dos professores dos 27 estados-membros e de outros países europeus e concluiu que o *stress* é "comum entre os professores europeus".

No entanto, numa comparação com a situação vivenciada nos outros países, Portugal destaca-se pela negativa, uma vez que a **média europeia de docentes que se queixa de stress fica-se pelos 50% e, em Portugal, chega aos 87,2%**. Depois de Portugal, surgem a Hungria e o Reino Unido, com 70% dos docentes a admitirem sofrer do mesmo mal.

Segundo o relatório, o "mais preocupante" é que, nestes três países, **a percentagem de professores que se sente "muito stressado" é "muito superior aos valores médios dos países europeus"**. Em média, 16% dos docentes europeus sentem-se "muito stressados", enquanto **em Portugal são 35%**. Já no que toca a docentes "bastante stressados", a média europeia é de 31%, contra 53% dos portugueses.

Entre as razões pelas quais os portugueses consideram que o trabalho pode ser stressante estão **o trabalho administrativo e o "manter-se a par das mudanças exigidas pelas autoridades"**.

"Em França, Malta, Lituânia e Portugal, mais de 60% dos professores atravessam momentos de stress, devido às mudanças requeridas pelas autoridades", refere o relatório da Eurydice.

Questionados se estavam satisfeitos com o seu salário, apenas 37,8% dos europeus considerou o ordenado satisfatório ou muito satisfatório. Nesta análise, os portugueses voltam a surgir no fim da tabela, agora ao lado dos islandeses: menos de um em cada 10 mostrou-se satisfeito com o salário, ao

contrário dos austríacos e belgas (70%).

Portugal é também referido como um dos exemplos com mais docentes com contratos a termo: "Embora a percentagem de contratos a termo certo normalmente caia à medida que os professores envelhecem, em alguns países existem elevadas percentagem de docentes na faixa etária dos 35-49 anos que ainda estão em empregos temporários, como, por exemplo, em Espanha (39%), Itália (32%) e Portugal (41%)".

Os portugueses são também dos que mais se queixam dos impactos negativos do trabalho na saúde física e mental, segundo os resultados do Inquérito Internacional de Ensino e Aprendizagem 2018 (TALIS - Teaching and Learning International Survey), da OCDE, utilizado no relatório hoje divulgado.

Na Europa, um em cada quatro professores (24%) considera que o trabalho diário afeta a sua saúde mental e 22% apontam consequências físicas. Os portugueses surgem ao lado dos belgas com "mais de metade dos docentes a considerar que o seu trabalho afeta negativamente a sua saúde física e mental", refere o inquérito. Além dos 27 estados-membros da UE, o relatório analisou e comparou também a situação dos professores do Reino Unido, da Albânia, da Bósnia Herzegovina, da Suíça, da Islândia, do Liechtenstein, de Montenegro, da Macedónia, da Noruega, da Sérvia e da Turquia. O relatório teve por base um levantamento de informações feito antes da pandemia e na sua introdução sublinha o papel dos docentes no último ano em que as escolas fecharam e estes profissionais se mantiveram em contacto com os alunos.
/ JN, 24/03/2021



“Em França, Malta, Lituânia e Portugal, mais de 60% dos professores atravessam momentos de stress, devido às mudanças requeridas pelas autoridades”, refere o relatório da Eurydice.

necessidades transitórias do sistema educativo regional.

- Todos os docentes com habilitação profissional podem candidatar-se aos quadros de ilha.

- Com a aplicação deste mecanismo dinâmico de integração nos quadros de ilha, o combate à precariedade torna-se efetivo, levando a que, num futuro próximo, o recurso à sucessiva contratação de docentes a termo resolutivo passe a ser apenas a temporária.

- O mecanismo de integração dinâmica nos quadros de ilha vai permitir a monitorização da abertura de vagas em quadro de ilha pelas contratações das

escolas, por grupo de recrutamento, em sequências de 3 anos.

- Mantêm-se os mecanismos previstos na Lei para o apuramento de vagas de quadros de escola, acrescentando-se o da subsequente subtração destas aos quadros de ilha. •



À atenção de António Costa e Tiago Rodrigues

"Os problemas que se vivem nas escolas não fazem esquecer os que afetam os docentes nos seus direitos e nas suas condições de trabalho, que são muitos e se têm agravado ao longo dos últimos dois anos letivos, por incapacidade dos responsáveis do Ministério da Educação (ME), para dialogar e negociar soluções que lhes deem resposta. Há quatro domínios principais sobre os quais a FENPROF tem insistido junto do ME:

- **Carreira docente;**
- **Horários e outras condições de trabalho;**
- **Aposentação e rejuvenescimento da profissão;**
- **Combate à precariedade e regime de concursos justo."**

Secretariado Nacional da FENPROF, 1/04/2021



A propósito de...

Rejuvenescimento da profissão docente



Mais de 54% dos docentes já ultrapassou os 50 anos de idade e num momento em que o Governo diz querer preparar a escola para os desafios do futuro, transitar para o digital, olhar de frente o admirável mundo novo da Educação parece já ter desistido de atrair jovens para uma profissão na qual menos de 0,5% tem até 30 anos e não mais de 15% tem até 40, percentagem que concorre com a dos educadores e professores que já são sexagenários. Já em 2019, a OCDE instou o Governo de Portugal a tomar medidas no sentido do rejuvenescimento, o mesmo tendo acontecido com a Comissão Europeia. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação continua a confirmar o problema e a FENPROF, o Conselho Nacional de Educação e, até, governantes, incluindo o Primeiro-Ministro, a considerarem inadiável a aprovação de medidas. Mas os políticos continuam a adiar o momento de aprovarem tais medidas. É assim em relação à idade de aposentação, à aplicação da pré-reforma ou mesmo em relação a um compromisso do partido do Governo em período de campanha eleitoral: a possibilidade de os professores com 60 ou mais anos de idade substituírem a titularidade de turma por outras funções. Pandemia tem costas largas... mas haja bom senso e respeito pelos professores! ●

Parecer divulgado a 12/03/2021

Proposta de DLR-XII: Quarta alteração ao Regulamento de Concursos

Ao sublinhar que "a presente proposta tem um parecer favorável do Sindicato dos Professores da Região Açores, que foi materializado na ata da reunião suplementar de negociação coletiva do dia cinco do passado mês de fevereiro e assinada pela Senhora Secretária Regional da Educação e pelo Presidente desta estrutura sindical",

o SPRA refere que, assim, é possível "a concretização do desiderato de integração dinâmica de docentes em contratação sucessiva e prolongada nos quadros, garantindo a mobilidade entre quadros da Região, da Região Autónoma da Madeira e do Continente, salvaguardando a hierarquização no acesso aos quadros por

parte de docentes do quadro de escola, docentes do quadro de ilha e de docentes contratados."

"Embora consideremos que os quadros de escola/unidade orgânica constituam o quadro de dimensão que melhor estabilidade garante ao docente e ao sistema educativo regional público,



JANEIRO

Na sequência da reunião entre o SPRA e a Secretaria Regional da Educação, no passado mês de dezembro, em que foi levantado o problema da avaliação do desempenho dos docentes que transitaram de quadro de escolas do Continente para a RAA, durante o seu período avaliativo, a SRE emite Despacho favorável que resolve a situação destes docentes.

www.spra.pt, 8/01/2021

FEVEREIRO

Cerca de 15 mil docentes subscreveram, em poucos dias, um abaixo-assinado que reclama o fim das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, a qual deve depender de requisitos iguais aos previstos para os demais escalões (tempo de serviço; avaliação, no mínimo, de Bom; formação contínua). A FENPROF desloca-se ao Ministério da Educação para entregar esse abaixo-assinado, bem como uma proposta negocial fundamentada que, nos termos do disposto na lei que regula a negociação coletiva na Administração Pública, dá início ao adequado processo negocial.

www.fenprof.pt, 23/02/2021

MARÇO

"A escolha do nosso lema "Não há desculpas para retrocessos! Viver direitos, vencer violências" está enraizado no agravamento da situação das mulheres, que não é nova, mas, agora, vem disfarçado com uma máscara facial. Queremos viver direitos para vencer violências. É esta força que une e nos trouxe à rua, no Porto e em Lisboa."

Tânia Mateus, Direção do Movimento

Democrático de Mulheres, 13/03/2021, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher

*

"Os responsáveis do Ministério da Educação deveriam valorizar o Conselho Nacional de Educação (CNE) e confiar nas escolas, nos professores e na sua autonomia se quiserem que as estratégias para recuperar aprendizagens e superar défices provocados pela pandemia sejam, efetivamente, bem sucedidas."

Secretariado Nacional da FENPROF, 30/03/2021

ABRIL

FENPROF convocou uma Ação Nacional de Luta para 24 de abril, sábado, pelas 15 horas, em Lisboa, junto ao Centro Cultural de Belém. O local escolhido decorre do facto de, embora a presidência portuguesa rotativa do Conselho da União Europeia esteja sediada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, aquele tem sido o local escolhido para a realização de alguns dos principais eventos desta presidência. É intenção da FENPROF não só exigir do Governo diálogo, negociação, soluções para os problemas e respeito pelos professores e educadores, como denunciar, no espaço geopolítico temporariamente presidido por Portugal, os problemas que se vivem na Educação, que afetam os professores e que resultam do facto de o designado diálogo social, no nosso país, ser pouco mais do que produto de exportação não consumido internamente.

o quadro de ilha apresenta, no entanto, a virtuosidade de fixar o docente a um quadro que tem a dimensão da ilha, ao invés do quadro regional ou do quadro de zona, plasmados, respetivamente, nas primeira e segunda propostas negociais. O quadro de ilha permite, ainda, a inclusão de docentes que de outra forma não entrariam no quadro, pois correspondem a necessidades transitórias do sistema educativo", lê-se na tomada de posição divulgada pelo SPRA.

Corrigir alguns lapsos

Tendo o SPRA tido acesso à versão final da proposta depois de esta já ter sido

aprovada em Conselho de Governo, solicita que "sejam tidas em conta as retificações agora apresentadas, uma vez que correspondem, apenas, a correções de lapsos que ocorreram aquando da reescrita das várias versões da proposta de alteração do diploma, a saber:

• Artigo 9.º, ponto 8, alíneas a) e b), **onde se lê "do número anterior", deverá ler-se "do ponto 6"**;

• Artigo 15.º, ponto 6, **onde se lê "nesse ano escolar e nos dois subsequentes", deverá ler-se "nesse ano escolar e no subsequente"**.

• Artigo 23.º, ponto 5, **onde se lê "nesse ano escolar e nos subsequentes",**

deverá ler-se "nesse ano escolar e no subsequente".

• Artigo 5º- **Norma Transitória**. Foi proposto, por esta estrutura sindical, que, no concurso de 2021, decorrente deste diploma, fossem também opositores todos os candidatos do Interno/Externo do concurso ordinário, realizado em fevereiro/março, para que se assista a uma recuperação automática das vagas que vierem a resultar da mobilidade dos docentes entre quadros.

• A proposta, algumas vezes, faz referência, indevidamente, a quadros regionais, ao invés de quadros de ilha." •



Pilar principal
do regime democrático

Constituição da República Portuguesa tem 45 anos

Às 16 horas e 12 minutos do dia 2 de junho de 1975, o Presidente Interino da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, declara aberta a sessão inaugural do primeiro Parlamento português eleito por sufrágio livre e universal no dia 25 de abril anterior, um ano após a Revolução de 1974. Dez meses depois do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, a 2 de abril de 1976, é aprovada a Constituição, que seria objeto de sete revisões constitucionais, em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005.



1. Momento histórico: 2 de abril de 1976

No dia 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte – eleita em 25 de Abril de 1975, nas primeiras eleições gerais e livres realizadas no país – reunida em sessão plenária, afirmando «a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno», aprovou a Constituição da República Portuguesa, publicada de imediato pelo Presidente da República.

Esta Constituição, aprovada há 45 anos, pilar principal do regime democrático nascido do 25 de Abril, garante dos direitos e liberdades, repositório das conquistas e das aspirações do povo português, é simultaneamente uma magna carta de direitos e um modelo de transformação da sociedade.

2. Características gerais do documento

Uma Constituição marcada por um carácter profundamente progressista e inovador, que dá enorme relevo aos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos e à divisão do poder, multiplica os princípios de igualdade efetiva, participação, intervenção e socialização, e consagra um dualismo entre direitos e liberdades fundamentais e direitos económicos, sociais e culturais, ligando-os indissolivelmente e atribuindo-lhes o mesmo nível garantístico.

É, assim, uma Constituição que dá corpo e sentido aos princípios que enformam o Estado de direito democrático e as Funções Sociais que ao Estado incumbe, garantindo simultaneamente um amplo conjunto de direitos, liberdades e garantias tradicionais ou de 1.ª geração, como sejam a igualdade entre os cidadãos, o direito à vida e à integridade moral e física, a proibição absoluta da tortura, maus tratos e penas cruéis, degradantes ou desumanas, as garantias do processo penal e o acesso à justiça, a liberdade de expressão e de informação, a proibição da censura e a liberdade de imprensa, o direito de reunião, de manifestação e de associação, e um vasto leque de direitos sociais, económicos e culturais, como

o direito à segurança social, à saúde, à educação, à cultura, à habitação, ao ambiente e qualidade de vida, que ao Estado compete efetivar, a fim de promover o bem estar e a qualidade de vida de todos os cidadãos.

3. Garantias no plano social: da saúde à educação, passando pelos direitos dos trabalhadores

Foi nessa base que erguemos o Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, que construímos o sistema público de Segurança Social, para proteger e apoiar todos os cidadãos, sem distinção, na falta ou diminuição de rendimentos e em todas as situações de carência, que democratizámos o ensino e abrimos a todos a Escola Pública, na busca permanente de proporcionar a igualdade de oportunidades, sendo estas talvez as mais importantes realizações do Portugal do século XX, só possíveis com a Revolução de Abril.

E foi também nesta Constituição que afirmámos que todos têm direito ao trabalho e consagramos os direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações, nomeadamente a



liberdade sindical, o direito de negociação coletiva, o direito de greve e o direito à segurança no trabalho e, ainda, o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de modo a permitir a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, o direito ao limite máximo da jornada de trabalho e à fixação de limites à duração do trabalho, o direito ao descanso semanal e a férias pagas, o direito à segurança e saúde no trabalho, o direito à assistência no desemprego e à justa reparação, em caso de acidente de trabalho, e o direito ao salário. Direitos duramente conquistados por muitas gerações de trabalhadores, que a Revolução de Abril permitiu consolidar e fortalecer.

4. Garantias no plano político, incluindo a autonomia regional

No plano político, esta Constituição marca a rutura com a concentração de poderes própria da ditadura, promovendo a separação e a interdependência dos órgãos de soberania. Adota um sistema misto, parlamentar-presidencial, no qual a legitimidade do Parlamento e do Presidente, democraticamente eleitos, concorrem para efetivação da responsabilidade política dos Governos. A autonomia regional,

a afirmação de um poder local, forte e democrático, e a independência do poder judicial são os restantes elementos da identidade do regime político democrático consagrado na Constituição.

5. Garantias no plano da organização económica

No que respeita à organização económica, esta Constituição afirmou-se como profundamente progressista, procurando conciliar princípios diferentes. Ao mesmo tempo que garante as conquistas revolucionárias – garantia das nacionalizações efetuadas e proibição de privatizações e previsão da realização da reforma agrária com expropriação dos latifúndios – garante também a coexistência de três sectores de atividade e três tipos de iniciativa, pública, privada e cooperativa; garante a apropriação coletiva dos principais meios de produção e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras, mas também a propriedade privada; e ao nível da regulação económica, procura conjugar os princípios do mercado e do plano. Embora atualmente muitos destes aspetos se encontrem atenuados e desvirtuados pelas sucessivas revisões constitucionais,

a verdade é que o modelo constitucional de organização económica continua a guardar muitas das suas características originárias.

6. 45 anos depois, as bases fundamentais da Constituição não mudaram

É inegável que a Constituição da República Portuguesa que temos hoje é muito diferente daquela que foi aprovada há 45 anos – as modificações acumuladas ao longo das sete revisões são profundas em vários domínios, desde os princípios fundamentais à constituição económica, passando pela organização política e união europeia.

E no entanto, não deixa de ser a mesma na sua essência. As suas bases não mudaram – a sua base antropológica continua a ser o homem como pessoa, como cidadão e como trabalhador, com fundamento no princípio da dignidade humana; a conceção do Estado, como estado de direito democrático e social, não mudou e a sua arquitetura institucional é praticamente a mesma; a sua vocação construtiva de uma sociedade mais justa, através da realização da democracia económica, social e cultural perdura, da afirmação da soberania e independência nacionais como princípios inalienáveis, pugnando pela promoção da paz e da cooperação entre os povos do mundo.

7. 2021: respeitar e celebrar a Constituição

Neste ano, em que a normalidade democrática tem sido sucessivamente posta à prova, com a declaração de sucessivos estados de emergência, com a limitação de direitos constitucionais fundamentais, é mais do que nunca necessário respeitar e celebrar esta nossa Constituição da República Portuguesa como um imperativo para todos os trabalhadores e todos os cidadãos que continuam a lutar e a acreditar que é possível um outro caminho e uma outra política, que permita a todos viver e trabalhar com dignidade, numa sociedade mais justa, mais fraterna, de progresso e justiça social, sem exploradores nem explorados. ●

Texto adaptado da tomada de posição divulgada no passado dia 2 de abril pela CGTP-IN, intitulado "Defender os valores de Abril, cumprir a Constituição da República Portuguesa"



A vida à frente do lucro privado!

Por uma justa distribuição de vacinas contra a COVID-19, pela suspensão dos direitos sobre as patentes das vacinas

Várias organizações com intervenção em diferentes campos da sociedade, a começar pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), subscrevem uma tomada de posição em defesa de uma justa distribuição das vacinas contra a COVID-19.

Os avanços científicos e técnicos que marcam o nosso tempo devem ser postos ao serviço da Humanidade e da resolução dos seus mais graves problemas, quanto à saúde, à alimentação, à habitação e a outros direitos sociais fundamentais, e à economia, às infraestruturas, à energia ou ao ambiente, com vista a assegurá-los.

Em plena pandemia de COVID-19, tem um profundo significado o desenvolvimento tão célere de vacinas contra esta doença, dada a importância da vacinação massiva da população ao nível mundial, de forma a superar a atual situação e salvar milhões de vidas.

Porém, as vacinas não estão a chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Países economicamente mais desenvolvidos concentram um elevado número de vacinas, enquanto mais de uma centena de países continua sem vacinas para administrar.

É inaceitável que as grandes multinacionais farmacêuticas, que receberam milhares de milhões de euros de apoios públicos diretos para investigação e desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19, venham agora impor condições, regatear preços, vender a quem dá mais, privilegiando milhares de milhões em lucros, à custa da privação deste importante instrumento de saúde

pública, por parte de milhões de seres humanos.

Na União Europeia, vários países (entre os quais Portugal) sofrem atrasos no processo de vacinação, dada a incapacidade ou falta de vontade das farmacêuticas em disponibilizarem as doses contratualizadas e a indisponibilidade da União Europeia em adquirir vacinas de comprovada qualidade em outros países que não ao núcleo restrito de multinacionais de países da UE e dos EUA.

A eficácia da vacinação depende da amplitude e rapidez da sua concretização ao nível mundial, pelo que é necessário que as vacinas cheguem a todos os países e às respetivas populações.

As organizações portuguesas, com intervenção em várias áreas da vida nacional, instam:

- à aquisição das doses necessárias à vacinação massiva da população portuguesa, onde quer que elas existam, não se restringindo aos acordos celebrados pela União Europeia;
- à suspensão dos direitos das patentes das vacinas contra a COVID-19;
- à cooperação entre todos os países e organizações internacionais no combate à COVID-19, nomeadamente, assegurando uma justa distribuição das vacinas, fazendo-as chegar a quem mais precisa, viva onde viver;
- a que, nesta, como noutras áreas, as conquistas da ciência e da técnica sirvam o progresso da Humanidade e não os colossais lucros de alguns poucos. ●

A CGTP-IN enviou recentemente mensagens de solidariedade com os povos de Moçambique e Timor-Leste. No primeiro caso, condenando as ações terroristas perpetradas na província de Cabo Delgado por mercenários animados a partir do exterior, bem como a ação de desestabilização por grupos armados na região centro deste país. No segundo, transmitindo à Confederação dos Sindicatos de Timor Leste (KSTL) as mais sentidas condolências pela perda de dezenas de vidas, de um grande número de desaparecidos e de milhares de deslocados, para além de enormes prejuízos materiais, em consequência das cheias que assolaram Timor-Leste, golpeando duramente o povo do país irmão. Deixamos já de seguida algumas passagens mais significativas daquelas tomadas de posição da Central unitária portuguesa.

Moçambique

"Desenvolvimentos ulteriores evidenciam que estas ações se inserem numa estratégia que procura fragilizar o Estado moçambicano e dominar os recursos naturais, particularmente na região de Cabo Delgado, procurando frustrar os esforços do governo deste país para melhorar a segurança, promover o desenvolvimento e o progresso social do seu povo.

A CGTP-IN chama a atenção para os perigos decorrentes das tentativas de minar a soberania e independência de Moçambique, através da ingerência e da internacionalização da situação, nomeadamente, pela instalação de forças militares estrangeiras no país, e alerta para as consequências negativas que tal acarretaria, como a situação noutros países africanos testemunha.

Moçambique necessita de solidariedade e de uma ajuda genuína e desinteressada e não de posturas que sirvam o "reconhecimento" e "afirmação" internacional da acção dos grupos terroristas e a "legitimação" da intervenção externa, objectivo tão ansiado por quem beneficia da sua "política de terra queimada" – dos assassinatos, pilhagens e destruição de infra-estruturas e serviços públicos, da



Solidariedade com os povos de Moçambique e Timor-Leste

ameaça e expulsão das populações das suas habitações e terras e de impedir o exercício pleno dos seus direitos, sobretudo de quem vive do seu trabalho.

Neste sentido, a CGTP-IN expressa aos trabalhadores e ao movimento sindical moçambicano a sua solidariedade e apela à unidade dos moçambicanos contra os intentos neocoloniais, em defesa da soberania, independência e integridade territorial de Moçambique, e em defesa do desenvolvimento e do progresso social."

Timor-Leste

"Em nome da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) e dos trabalhadores que representamos em Portugal, transmitimos as nossas sentidas condolências pela perda de dezenas de vidas, de um grande número de desaparecidos e de milhares de deslocados, para além de enormes prejuízos materiais, em consequência das cheias que, no passado domingo, assolaram Timor-Leste, golpeando duramente o povo do país irmão. Neste momento de tristeza e luto, pedimos que

transmitam aos vossos trabalhadores e ao povo irmão de Timor, os nossos profundos pésames e ativa solidariedade a todos os afetados por esta calamidade, bem como às suas famílias.

Acompanhámos com grande atenção o desenvolvimento das operações de busca e salvamento, do apoio à retirada de vítimas e resposta humanitária urgente, designadamente na criação de locais de acolhimento temporário, fornecimento de apoios alimentares e outros de emergência. Reiteramos a ativa solidariedade da CGTP-IN e dos trabalhadores portugueses, manifestando o nosso empenho em manter a cooperação com a vossa organização, a Confederação dos Sindicatos de Timor Leste (KSTL), à qual nos ligam, no plano bilateral, mas também no contexto da CSPLP, profundos e históricos laços de amizade e cooperação." •



A CGTP-IN expressa aos trabalhadores e ao movimento sindical moçambicano a sua solidariedade e apela à unidade dos moçambicanos contra os intentos neocoloniais, em defesa da soberania, independência e integridade territorial de Moçambique, e em defesa do desenvolvimento e do progresso social."



O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), anunciado como “a bazuca” para o desenvolvimento nacional, corresponde, segundo o Governo, ao “maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia”. Por isso mesmo, seria expectável que este plano consagrasse um necessário estímulo ao Sistema Científico e de Ensino Superior, fator indispensável ao desenvolvimento nacional...



Manuel Heitor,
Ministro do
Ensino Superior

Plano de Recuperação e Resiliência no Ensino Superior e na Ciência

Um Ministério empenhado nos “amanhãs que cantam” e incapaz de atuar no presente...

Como já vai sendo habitual no Ensino Superior e na Ciência, o atual Governo pauta a sua ação pela ausência de respostas para a resolução dos problemas atualmente enfrentados pela comunidade académica e pelo sistema científico e tecnológico nacional. O MCTES tende a privilegiar grandiloquentes tiradas sobre um futuro longínquo, enquanto revela uma notável incapacidade para atuar no presente – o alerta foi dado pelo Departamento de Ensino Superior e Investigação e pelo Secretariado Nacional da FENPROF, em nota divulgada em meados de março passado. “Ao contrário de outros ministérios que tomaram iniciativa e se posicionaram para poder beneficiar das verbas disponibilizadas no âmbito do PRR, independentemente de saber se desta vez as taxas de execução orçamental das verbas europeias atingem níveis aceitáveis, o MCTES adotou

sobre isto a mesma postura de enorme passividade que enforma o mote de toda a sua atuação. Esta postura revela a insignificância política dos dirigentes do MCTES”, observa a FENPROF.

Ministério do desperdício...

Mais adiante, pode ler-se:

“Num quadro de desinvestimento generalizado na Administração Pública, que a pandemia veio expor de forma mais exuberante, o MCTES desperdiça uma oportunidade maior para reforçar o financiamento, de modo a fazer face à acentuada degradação de instalações, equipamentos e infraestruturas, incluindo laboratórios, e, assim, poder, por um lado, contribuir para a melhoria das condições de trabalho de docentes e investigadores e, por outro, qualificar e tornar mais enriquecedora a experiência académica dos estudantes. Talvez, para o discurso,

seja suficiente apontar a excelência como meta. Na realidade, é necessário construir as condições para que essa possa naturalmente existir."

E acrescenta a tomada de posição sindical:

"Parecendo satisfeito com a sua própria atuação e as metas numéricas que se limitou a pôr no papel – mas para as quais manifestamente faltam as respetivas propostas realistas que permitam a sua concretização –, o MCTES parece contentar-se com uma vaga promessa de alargamento do número de camas para alojamento escolar. Sem desvalorizar a medida, que peca somente pela pequenez da sua dimensão perante as necessidades, esta não é suficiente para alterar significativamente o pesadíssimo preço que as famílias portuguesas pagam para ter os seus filhos a estudar no ensino superior. Muitas outras iniciativas terão que ser tomadas para garantir o necessário reforço da ação social, que apoie os estudantes do ensino superior e suas famílias, de modo a que ninguém seja impedido de frequentar o ensino superior por falta de condições socioeconómicas. E algumas são tão urgentes e tão simples quanto, por exemplo, suspender o pagamento de propinas enquanto as perturbações causadas pela pandemia se manifestarem."

Aos inúmeros desafios criados pela pandemia, o Ministério de Manuel Heitor tem respondido com um monumental e incompreensível silêncio. Desde há muito que a FENPROF tem vindo a reivindicar uma postura mais ativa e interveniente por parte do responsável pela tutela, pois, mesmo não sendo suficiente, esta é condição indispensável para que os problemas vividos pelos docentes e investigadores, em que assenta o Ensino Superior e a Ciência, possam ser resolvidos.

A concluir, a FENPROF lamenta que, mais uma vez, o MCTES tenha perdido uma oportunidade de resolver problemas que, sendo atuais, virão condicionar o futuro próximo de forma muito significativa. ●

+ informação em
www.fenprof.pt SUPERIOR



Trabalhadores científicos em protesto

No passado dia 16 de abril, a ABIC (Associação de Bolseiros de Investigação Científica) e a FENPROF realizaram uma concentração junto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), em Lisboa. Esta ação de protesto pelas políticas do MCTES e em defesa dos direitos dos trabalhadores científicos recordou algumas das principais reivindicações do setor:

- Prorrogação de todas as bolsas de investigação;
- Extensão dos prazos de entrega de tese em cumprimento do artigo 259.º da Lei n.º 75-B/2020;
- Abertura de novas edições dos concursos CEEC e de Projetos de IC&DT em 2021;
- Fim das taxas de entrega de tese;
- Democratização das Instituições de Ensino Superior, por forma a garantir o direito dos trabalhadores científicos a eleger e ser eleito, independentemente do tipo de vínculo;
- Revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação;
- Integração dos trabalhadores científicos nas respetivas carreiras.



OPINIÃO
André Carmo

Fundação para a Ciência e a Tecnologia atropela os direitos das mulheres cientistas

Ao não adiar os prazos de apresentação de candidaturas para os grandes concursos anuais, a FCT faz uma escolha que prejudica, acima de tudo, as mulheres cientistas, que, hoje, enfrentam as mais duras condições de trabalho das suas vidas. ●

25 de fevereiro de 2021
Ver em: www.publico.pt
www.fenprof.pt



Ergonomicamente falando de...

teletrabalho

Luis Pinheiro de Campos

Professor da EBS da Calheta. Coordenador da Área Sindical de S. Jorge. Doutorando em Saúde Pública e Medicina Preventiva

“Contra o que o Homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza, não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de fatores, alguns dos quais o Homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele”

[Fernando Távora, 1999]



Os princípios ergonómicos vêm sendo cada vez mais aplicados à atividade docente, às relações socioprofissionais e à própria conceção das escolas. Por princípio conceptual, a Ergonomia é definida como um conjunto de normas e princípios aplicados ao trabalho, de modo a procurar adaptar a tarefa ao trabalhador – e nunca o seu contrário, como é muitas das vezes apanágio!

Num momento em que atravessamos uma crise de dimensões estonteantes, e em que os custos sociais e profissionais são reveladores de tantas fragilidades, a Ergonomia assume-se como uma ferramenta indispensável, particularmente em trabalhos remotos e ambientes não tradicionais. Trabalhar em e a partir de casa tornou-se para muitos o novo comum, muitas vezes penoso e pleno de exigências. Os professores não são exceção a tal regra.

Falemos do tão apregoado teletrabalho, fruto de tantas discussões, iniciativas legislativas e das mais variadas especulações. Como conseguir de um modo eficiente tirar partido de um ambiente que é o cenário laboral habitual e de um método de trabalho de diferentes contornos e com tantas exigências? A esta pergunta poderá a Ergonomia de Correção dar uma achega, no sentido de

melhorar não apenas o local e o método, mas também tornar menos penosa e mais motivante a tarefa a desempenhar.

Primeiramente, há que ter em mente que os horários a praticar em nada diferem, que as exigências da tarefa se mantêm e que os objetivos do trabalho são os mesmos. Apenas se altera o cenário da ação e o modo da sua realização. Parece pouco, é certo, mas a mudança do epicentro laboral para um espaço diferente do habitual acarreta consigo não apenas grandes mudanças, mas acima de tudo um enorme conjunto de adaptações, sob pena de causar danos à integridade biopsicossocial de qualquer trabalhador. Por outro lado, as exigências convergem num sentido muito peculiar, desde o padrão de comunicação à sincronicidade temporal, ou ao seu contrário, passando pela modificação das relações interpessoais e da própria liberdade de movimentos.

Procuremos elencar esses problemas e aliviar as medidas que possam ser tomadas para minimizar os riscos a eles associados. Desde logo, os problemas relacionados com a postura e a repetitividade da tarefa. É nestas situações em que muitas das vezes se agudizam os problemas de natureza osteoarticular, nomeadamente deformações da coluna vertebral - como

A importância do espaço de trabalho, organizado de modo a que os diferentes instrumentos e equipamentos se encontrem num acesso facilitado (55 a 65 cm para máximos alcances e 35 a 45 cm para mínimos) que, podendo parecer algo de somenos importância, reflete uma vantagem notável nas exigências de dispersão motora e sensorial

escolioses e cifoses -, inflamações ou dores da mesma. Aqui, as cervicalgias são as mais habitualmente referidas, mas também patologias decorrentes de movimentos repetitivos ou de exigências articulares monótonas e contínuas, como a síndrome do túnel carpiano, ou por solicitações musculares continuadas, entre os quais têm lugar de destaque as tendinites ou tenossinovites (síndrome de De Quervain). Paralelamente, a exigência na manutenção de uma postura

continuada – e muitas vezes incorreta – é referida como um trabalho muscular de natureza estática que, não apenas exige um consumo de oxigénio aumentado, com conseqüente aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, mas também uma solicitação dos mesmos grupos musculares por períodos de tempo relativamente longos. Adotar uma postura confortável mas correta, na melhor amplitude, entre coxa e perna, e entre braço e antebraço, a orientação linear dos braços com o plano da superfície de trabalho e direcionar o campo de visão no sentido do visor dos equipamentos (entre 0o e 60o), sem necessidade de grandes movimentos ântero-posteriores do pescoço, são certamente medidas que podem em muito obviar às problemáticas referidas.

Em paralelo, a importância do espaço de trabalho, organizado de modo a que os diferentes instrumentos e equipamentos se encontrem num acesso facilitado (55 a 65 cm para máximos alcances e 35 a 45 cm para mínimos) que, podendo parecer algo de somenos importância, reflete uma vantagem notável nas exigências

de dispersão motora e sensorial, mas também na mais eficaz organização mental de cada um.

A luminescência e cintilação dos equipamentos informáticos têm sido frequentemente associadas a cansaço geral, secura dos olhos e pálpebras e surgimento de cefaleias, pelo que, o descanso e as pausas curtas e frequentes, bem como a manutenção de um bom nível de hidratação podem, junto com a correta orientação dos visores e a altura ideal das mesas e cadeiras de trabalho, obviar a todas estas repercussões. Paralelamente, a luminosidade do local de trabalho e o fator de reflexão luminoso das diferentes superfícies é algo a ter em conta se desejamos um local aprazível e motivador para o exercício da tarefa.

A tantos fatores que podem potenciar os mais variados distúrbios, podemos ainda elencar questões como o ruído, a cor dos espaços e a ventilação, que, no seu conjunto, podem tornar-se corolário de um dia de trabalho mais motivador e mais eficiente. Todos pressentimos o ruído como um fator distrator no trabalho, as cores demasiado quentes ou frias

como responsáveis por uma sensação desagradável de excitabilidade aumentada ou de saturação, o arejamento e a ventilação como facilmente causadores de hipersensibilidade ou de problemas respiratórios, em particular nasofaríngeos. Da mesma forma, o conforto térmico, num ambiente com um grau adequado de humidade relativa do ar, converge para uma maior satisfação no trabalho. Da mesma forma, a iluminação, indireta ou por luz natural, está intimamente associada a níveis mais altos de satisfação laboral e menor fadiga visual.

Por fim, as rotinas de tempo. A tarefa a desempenhar, independentemente da sua natureza, decorre nos horários habituais, alterando-se apenas o local em que a mesma se realiza, pelo que a manutenção de um horário biológico em tudo similar à prática habitual só tem que aportar benefícios na boa gestão do tempo e na produtividade de cada um. A correta gestão e organização de tempo assume-se, portanto, como imperativa, no sentido de desenvolver um trabalho encorajador, eficiente e de qualidade. ●



ZECA
TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM
24 de Abril de 1974

25/30 de **ABRIL** e 1 de **MAIO** 2021
21:00h

Na sede do Alpendre - Grupo de Teatro
Venda online de bilhetes.

alpendre
grupo de teatro

Logos: SPRA, CPTP, UAS, UPA, UPA VS

TEATRO

“Zeca – Traz outro Amigo Também” sobe ao palco em Angra do Heroísmo

O SPRA e a União de Sindicatos de Angra, em colaboração com o Grupo de Teatro Alpendre, comemoram a data libertadora do 25 de Abril, com a apresentação da peça **Zeca – Traz outro Amigo Também**, de José Jorge Letria. O espetáculo, com encenação de Belarmino Ramos, está marcado para as 21 horas do dia 25, na sede do Alpendre, na cidade de Angra do Heroísmo. A ação decorre no dia 24 de abril de 1974, tendo como cenário uma velha coletividade de cultura e recreio, na qual um grupo de jovens que acaba de vencer as eleições para os corpos gerentes está a organizar um espetáculo, em que atuará José Afonso, marcado para o dia seguinte. Os jovens ornamentam a sala, distribuem as cadeiras e criam as condições técnicas para poderem ouvir um cantor que muito admiram e cuja mensagem de esperança e de transformação política do país no sentido da democracia os norteia e mobiliza... ●



Reflexos



1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 23.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A atividade sindical tem alguns aspetos sem visibilidade mediática, que os próprios associados não valorizam, mas nem por isso deixam de ser importantes para o desenvolvimento da vida e da luta sindical, e refletem, de forma objetiva e até desagregada, toda a atividade desta organização sindical executada durante um certo período de tempo.

Percebo que o assunto a que estou a referir-me seja árido e desinteressante, afinal, quem é que está disponível para olhar para um Relatório de Contas,

particularmente se for perceptível, pela generalidade dos associados, que não existem défices financeiros e que a sua organização sindical diz sempre presente: no apoio aos sócios, na promoção de formação, no contacto permanente com os educadores e professores, na luta em defesa da melhoria das condições de trabalho e da valorização social e profissional dos docentes da Região Autónoma dos Açores? Talvez por isso, pela aridez do assunto, pela confiança nos órgãos sociais, mas também pelo tempo que vivemos e os cuidados sanitários que lhe estão associados, a Assembleia Geral descentralizada para aprovação do Relatório de Contas do ano de 2020, realizada a 31 de março de 2021, não tenha sido muito participada.

A Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2020 foi precedida por uma reunião da Direção Regional, realizada no dia 26 de março, que aprovou a proposta apresentada pelo responsável financeiro, na qual participaram os membros do Conselho Fiscal e de Jurisdição, que, em reunião nesse mesmo dia, aprovaram e emitiram parecer. Um parecer positivo e sem reservas, aliás, o Conselho Fiscal e de Jurisdição achou por bem reconhecer o excelente trabalho de gestão financeira e patrimonial que tem vindo a ser feito pelos responsáveis deste setor.

Não sendo um assunto interessante, pelas razões expostas e muitas outras que se possam aduzir, considero, porém, importante deixar registado que o Relatório de Contas do ano de 2020 apresenta um resultado líquido superior ao que se verificava em 2019, e que, apesar disso, o valor patrimonial também aumentou, em virtude da aquisição de

um espaço próprio para sede da Área Sindical do Faial.

SPRA sempre presente a atuante

Sim, é verdade, o ano de 2020 foi um ano atípico e, como tal, algumas iniciativas sindicais tiveram de ser adaptadas e isso contribuiu para a diminuição da despesa, mas é igualmente verdade que a receita aumentou por via de novas sindicalizações. Mas se o Relatório de Contas reflete o que atrás ficou dito, outras conclusões podem ser retiradas da sua análise, como, por exemplo, a formação disponibilizada e executada e toda a atividade sindical realizada, presencialmente sempre que possível. Ou seja, apesar da exceção dos tempos que vivemos, o SPRA esteve, como sempre tem estado, presente e atuante, na defesa dos interesses dos educadores e professores. Direi que, em todos os momentos da vida dos docentes açorianos, o SPRA nunca falta à chamada.

Tive oportunidade, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SPRA, de saudar a Direção do nosso Sindicato e, em particular, o responsável pela gestão financeira, pela forma competente e rigorosa como tem vindo a ser feita a gestão dos recursos financeiros e a sua aplicação, sem que essas opções afetem a atividade sindical.

Este texto, que agora chega ao fim, pretende dar público conhecimento do meu reconhecimento pelo trabalho empenhado e rigoroso que é feito fora dos holofotes do mediatismo, mas que é determinante para a eficácia da intervenção sindical do nosso Sindicato. ●

Aníbal C. Pires, Ponta Delgada, 7 de abril de 2021, Presidente da Assembleia Geral do SPRA

Laço Azul e Mês de Abril:



A luta contra o mau trato na infância e juventude

A campanha do Laço Azul remonta ao ano de 1989, na Virgínia, USA, quando a avó Bonnie W. Finney amarrou uma fita azul à antena do seu carro «para fazer com que as pessoas se questionassem». Com efeito, Bonnie W. Finney apercebeu-se que os netos eram vítimas de mau trato físico, sendo as marcas em tom azulado, que tinham no corpo, o que lhe despertou a atenção para uma dolorosa realidade que, com grande pesar, continua a estar presente na vida de crianças e jovens.

De acordo com o artigo 70.º da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, o mau trato (físico, psicológico, emocional) é crime contra a criança/jovem e deve ser obrigatoriamente comunicado ao Ministério Público. Não compete nem às entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), como Escolas, Creches, PSP, Estabelecimentos de Saúde, IPSS, nem às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens fazerem prova de facto. O que lhes compete e que, infelizmente, nem sempre é cumprido é comunicar a situação, a suspeita da situação, a quem de direito.

É necessário denunciar os maus tratos

O mau trato existe. A crença enraizada da educação, por meio de estratégias punitivas, continua viva, posta em prática, aceite como um direito que aos pais/representantes legais/detentores da guarda de facto assiste.

Em seis anos na área de promoção e proteção, recorro a coragem de uma menina de 12 anos, que, após ter sido espancada com um barrote, deu a entender ao agressor que estava bem e que ele tinha tido razão em a ter agredido. No dia seguinte, foi para a Escola, de onde saiu, e foi, sozinha, à PSP pedir ajuda. Felizmente, a menina ficou bem e está bem. Mas é deplorável que situações como esta aconteçam: não são ficção nem ocorrem em um qualquer país longínquo.

Em jeito de conclusão, lanço um apelo a toda a comunidade: estejam atentos; não silenciem o mau trato, a negligência; não sejam coniventes, pelo silêncio, com crimes perpetrados contra crianças e jovens! Denunciem, pode ser com um simples contacto telefónico em regime de anonimato. Denunciem: as crianças precisam; as crianças merecem; as crianças agradecem | **Paula Dutra Borges**, Representante da DRE na CPCJ da Ribeira Grande ●

Dia Nacional da Juventude

Muita coisa mudou desde 1947, mas a determinação e a coragem dos jovens trabalhadores continua!

Data que se assinala há 74 anos, o Dia Nacional da Juventude (28 de março) foi envolvido este ano por uma forte mensagem de unidade e mobilização para a luta contra o desemprego, a instabilidade, a precariedade, os baixos salários e a exploração. Do programa de comemorações (antecipado para 25 de março), o destaque foi para as ações de rua realizadas em Lisboa (Campo Pequeno/Ministério do Trabalho), onde interveio Isabel Camarinha, Secretária Geral da CGTP-IN, e no Porto (Praça dos Poveiros/Praça D. João I), convocadas pela InterJovem, organização da juventude da Central unitária.

A resolução aprovada inclui uma forte saudação "a todos os trabalhadores e trabalhadoras, jovens e menos jovens, que, com coragem e confiança, têm lutado e resistido, a partir dos locais de trabalho, pelo aumento dos salários, em defesa do emprego, contra a precariedade e pelo emprego com direitos", lembrando logo de seguida "os impactos sociais e sanitários do surto epidémico da Covid-19", que "exigem do Governo uma resposta que vá ao fundo da questão e que impeça o aproveitamento que já está em curso para aprofundar a exploração e o ataque aos direitos e liberdades".

Reivindicações

Os jovens trabalhadores presentes nas ações do 25 de março exigem:

- A proibição dos despedimentos e a defesa do emprego seguro e com direitos
- Aumento geral dos salários em 90€ e do Salário Mínimo Nacional para 850€
- O fim da precariedade - para que a um posto de trabalho permanente corresponda um trabalhador com vínculo efetivo
- O fim dos horários desregulados e o horário de 35h para todos, sem perda de retribuição

- A efetivação dos nossos direitos, nomeadamente de maternidade, paternidade e de trabalhador-estudante
- A revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, nomeadamente o período experimental alargado para 180 dias para trabalhadores à procura do primeiro emprego e a reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador
- O reforço do investimento nos serviços públicos, nomeadamente no SNS
- Condições de saúde e segurança nos locais de trabalho e transportes.

(*) - O 28 de Março, Dia Nacional da Juventude, está ligado à luta da juventude por uma vida melhor, pela democracia e pela liberdade. Foi nesse dia que, em 1947, milhares de jovens participaram no acampamento organizado pelo MUD Juvenil em São Pedro de Moel (distrito de Leiria). A resposta da ditadura foi a violência, a repressão e a prisão. ●





FENPROF reafirma a sua profunda solidariedade com a luta do povo palestino pelo direito à paz e à sua soberania, enquanto nação, bem como pelo seu inalienável direito à constituição de um Estado independente e soberano, internacionalmente reconhecido, com as fronteiras estabelecidas em 1967 e com capital em Jerusalém Oriental.

No Dia da Terra

FENPROF saúda calorosa e fraternalmente os trabalhadores e o povo da Palestina

A 30 de março de 1976, no Norte de Israel, foram assassinados seis palestinos que protestavam contra a expropriação de terras para dar lugar a aldeamentos judaicos. Foram dezenas os palestinos que ficaram feridos e centenas os que foram presos, durante a greve geral e as grandes manifestações de protesto que, no mesmo dia, ocorreram no território do Estado de Israel. A partir de então, os palestinos e todos os que com eles são solidários passaram a comemorar o Dia da Terra a cada 30 de março.

Volvidos todos estes anos, realça uma nota divulgada pela FENPROF, o povo da Palestina continua a ter os seus territórios ocupados, assim como continua o ataque às suas vidas pelas forças sionistas de Israel, situação agravada pelo anunciado “acordo do

século”, promovido pela administração norte-americana, visando a anexação da totalidade dos territórios palestinos.

A pandemia de COVID-19 veio agravar os problemas, pois tem servido de justificação para encerrar vários setores da sua atividade, deixando bem patente o caráter terrorista e genocida da ocupação, pois aos/às que ficaram sem trabalho não foram reconhecidos quaisquer direitos laborais, nem garantida qualquer medida de proteção social, problema que atinge milhares de trabalhadores palestinos, numa clara violação dos direitos laborais e dos mais elementares direitos humanos, acrescenta o Secretariado Nacional, que observa noutra passagem da sua nota de imprensa: “Se é certo que cabe ao povo palestino o papel fundamental na luta pelos seus direitos, também é verdade que não devemos deixar de manifestar a nossa solidariedade e o contributo da cooperação

internacional. Como escreveu António Borges Coelho, “a memória sustenta os nossos gestos, alimenta o sentir, o entender e o agir dos indivíduos e dos povos. Na resposta necessária aos estímulos do dia, a memória continuamente se renova e organiza. Alguns acontecimentos perdem-se na penumbra, outros ganham novo relevo”. Deixar de assinalar estes acontecimentos é contribuir para apagar a memória e conduzir ao esquecimento a luta de um Povo pelo direito a ter a sua Pátria.”

É com este sentido que, ao saudar calorosa e fraternalmente, no Dia da Terra, os trabalhadores e o Povo da Palestina – assim como as suas organizações representativas, que continuam a resistir heroicamente à ocupação, à violência e ao racismo do regime sionista – a FENPROF reafirma ainda a sua profunda solidariedade com a luta do povo palestino pelo direito à paz e à sua soberania, enquanto nação, bem como pelo seu inalienável direito à constituição de um Estado independente e soberano, internacionalmente reconhecido, com as fronteiras estabelecidas em 1967 e com capital em Jerusalém Oriental. ●



Para alcançar uma recuperação económica justa e sustentável

“É fundamental reforçar o papel do Estado na economia e valorizar o trabalho e os trabalhadores”



Numa declaração divulgada após uma reunião por videoconferência da Cimeira Social Tripartida, realizada no passado dia 24 de março, Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, afirmou que, “na Cimeira Social do Porto (prevista para maio), a Europa social estará no topo da agenda política”... A Secretária Geral da CGTP-IN participou na Cimeira Social Tripartida, evento que reúne representantes dos governos, das associações empresariais e das organizações sindicais de cada Estado-Membro, assim como das instituições da UE. Sublinhou Isabel Camarinha: “Para alcançar uma recuperação económica justa e sustentável é fundamental reforçar o papel do Estado na economia e valorizar o trabalho e os trabalhadores.”

E como se pode atingir esse objetivo?

A dirigente sindical respondeu: “Desde logo com o reforço dos meios humanos e técnicos do Serviço Nacional de Saúde, com uma testagem massificada da população, o rastreio e o seguimento de

novos contágios. Mas também com o fim do negócio em torno da Covid-19, suspendendo patentes, diversificando a compra de vacinas e dotando o país de capacidade produtiva. Exigem-se respostas eficazes e perenes colmatando défices em matéria de saúde e na produção de produtos farmacêuticos, que devem ser alargadas a outras esferas da intervenção pública, seja na educação, seja em sectores estratégicos ao desenvolvimento.”

A par da resposta no plano sanitário, é fundamental, sublinhou a dirigente da CGTP-IN, “preservar, garantir e aumentar o emprego e os salários, e promover uma redução dos horários de trabalho. Foram os trabalhadores com vínculo precário os primeiros a ser despedidos e a ficar desprotegidos. Medidas para a garantia do emprego têm de ser consolidadas com uma revisão da legislação laboral que assegure emprego de qualidade e com direitos, nomeadamente através da promoção da contratação coletiva. Uma resposta que não

pode ficar refém de condicionalidades que já se fazem sentir, nem de falsas agendas do “verde” e do “digital”. No plano dos salários, lembrou Isabel Camarinha, para além do papel que estes assumem para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, o seu aumento contribui para esbater as desigualdades na distribuição da riqueza entre o trabalho e o capital e permite um mais rápido relançamento da atividade económica”.

A articulação destes eixos, com outras vertentes essenciais ao desenvolvimento sustentado e soberano do país, exige, na opinião da CGTP-IN, o desenvolvimento económico, social e humano dos países, com particular ênfase no aprofundamento dos direitos laborais, sociais e culturais, como alternativa ao neoliberalismo e à regressão social, o que implica a existência de políticas de efectiva cooperação entre países soberanos e iguais em direitos, tendo em vista a edificação de uma Europa dos trabalhadores e dos povos, concluiu. ●



25 de abril, 1.º de maio, 8 de maio

Três momentos de ação, protesto e luta

Reunido em Lisboa, no passado dia 9 de abril, o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu “apoiar, participar e dinamizar as comemorações populares do 47.º aniversário do 25 de Abril em todo o país” e “realizar uma grande jornada de luta no 1.º de Maio, em todos os distritos e regiões autónomas, com o lema “Lutar pelos direitos / Combater a exploração – Emprego, Salários, 35 horas, Contratação Coletiva, Serviços Públicos”. Realça a Central unitária que “esta será uma grandiosa jornada dos trabalhadores de cada local de trabalho, empresa e setor, denunciando os seus problemas e lutando pelas suas reivindicações, uma jornada de convergência de todos os trabalhadores e do Povo, para a qual precisamos de reunir todos os esforços e o máximo compromisso

de participação, envolvimento e mobilização”. A Inter chama a atenção para outra ação, esta no dia 8 de maio, no Porto, uma jornada nacional de luta, com o lema “Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos, Afirmar a Soberania, Lutar pelos Direitos, Mais Emprego, Produção Nacional, Salários e Serviços Públicos”. Nesse dia, decorre naquela cidade a Cimeira Informal dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, que se realiza no âmbito da Cimeira Social. A CGTP-IN levará à rua “a denúncia da situação dos trabalhadores e exigência de resposta, dando expressão a um caminho alternativo de defesa da soberania e dos interesses nacionais que é, também, expressão de solidariedade com os trabalhadores e os povos de outros países.” ●



Viva o 25 de Abril! 25 de Abril sempre!

Judite Barros da Costa

Dirigente do SPRA. Área Sindical de S. Miguel

No dia 24 de Abril de 1974, eu tinha 4 anos... Não sabia o que era Revolução, nem o que era o Estado Novo, nem quem era Salazar, ou Marcelo Caetano, muito menos tinha noção da existência de uma guerra ou de um Movimento das Forças Armadas... Eu apenas sabia que era feliz e a minha única preocupação era brincar com os meus primos.

No dia 25 de Abril de 1974, eu tinha 4 anos e soube, apesar de viver muito longe, que alguma coisa tinha acontecido, porque os adultos falavam de 'coisas' que eu não entendia... Alguma coisa se tinha passado... Lá longe. As pessoas não sabiam o que iria acontecer, mas alguma coisa tinha acontecido que iria mudar completamente a forma de estar, a forma de pensar, a forma de viver. Algumas, só muito mais tarde, se iriam dar conta das mudanças... Outras nunca se deram conta

ou não quiseram assumir essas mudanças.

No dia 25 de Abril de 1975, eu tinha 5 anos e já sabia o que tinha acontecido: Uma Revolução! Portugal tinha terminado com um período de ditadura com quase meio século, 48 anos. As pessoas tinham liberdade de pensar, liberdade de escolher, liberdade de estudar... Podiam votar. Eu tinha 5 anos e JÁ sabia que 'votar era um direito e um dever' de cada um – sabia... Era o que eu ouvia ao meu pai. Eu já estava na escola e já sabia coisas e aprendia muita coisa. Lembro-me que, um dia, cheguei a casa e cantei uma cantiga que tinha aprendido na escola: Uma gaivota voava... voava... E fiquei perplexa porque os meus pais não acharam graça nenhuma – eu que até tinha muita graça! – Pois, mas eu não tinha aprendido a versão correta da canção....

Viva a liberdade!

Liberdade, sim. Mas teria que ter

cuidado com a língua. Não se pode dizer tudo só porque sim. Outra lição que aprendi com o 25 de Abril: a minha liberdade termina no momento em que ela choca com a liberdade do outro... Eu tinha 5 anos e aprendi muito. Descobri que outros meninos, muitos outros meninos e meninas do meu país, até ao dia 25 de Abril de 1974, não podiam ir à escola, não podiam brincar; muitos trabalhavam desde cedo para ajudar os pais; muitos não podiam ir ao médico, porque não tinham dinheiro ou, simplesmente, não tinham médico; muitos nem tinham os pais consigo, porque tinham saído de Portugal... Eu, com 5 anos, comecei a ver televisão: outra conquista de Abril, com consequências extraordinariamente importantes para o sítio onde eu vivia: Arquipélago dos Açores. Eu, com 5 anos, comecei a ler e a aprender com os livros e foi aí que eu percebi que existia e era importante.

Eu, com 5 anos, comecei a viver de forma diferente... Comecei a pensar... Comecei a ter consciência de mim e do mundo que me rodeava... Comecei a perceber a importância de saber, de conhecer e de perceber. Foi o princípio de tudo. Já se passaram 47 anos (quase tantos quantos os anos da ditadura). Continuo a pensar que é necessário conhecer, estudar, perceber, mudar e fazer; ainda falta muito coisa para que o meu país seja um país de plena liberdade, igualdade e fraternidade. Muito se conseguiu. Muito se conquistou, mas devemos continuar à procura dos verdadeiros ideais da nossa revolução, explanados na nossa Constituição: VIVA o 25 de ABRIL! 25 de ABRIL SEMPRE! ●

Painel 25 abril – Escolas dos Açores



O 25 de Abril nas escolas

Mural frente ao Museu Nacional
Liberdade e Resistência, em Peniche

Em parceria com o Município de Peniche, o apoio da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e do Centro de Formação Profissional para a indústria Cerâmica (CENCAL), o acompanhamento da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e da Associação 25 de Abril (A25A) e o parecer favorável da Direção-Geral do Património Cultural, a FENPROF, nos 46 anos da Revolução de Abril (2020), solicitou a elaboração de 46 painéis em azulejo a 46 Agrupamentos de Escolas e Escolas não

agrupadas, com o objetivo de assinalar aquele aniversário inaugurando um mural frente ao Museu Nacional Liberdade e Resistência, em Peniche.

Com entusiasmo, alunos e professores de todo o território nacional (continente e regiões autónomas) envolveram-se na execução dos trabalhos. A Região Autónoma dos Açores está representada

neste projeto pela EBI dos Arrifes, alunos da Pré A, a cargo da Educadora Maria Paula Machado, e ES Vitorino Nemésio, alunos de Artes do 12º ano, sob orientação da professora Sónia Bárbara.

A inauguração foi inviabilizada pelas medidas então vigentes, no âmbito do combate à pandemia. Um ano depois (25 de Abril de 2021), o mural será

inaugurado, mantendo o número de painéis e assinalando, para memória futura, o que levou ao adiamento. Como sublinha a FENPROF, este é um contributo de crianças e jovens de todo o país que tem uma carga simbólica importantíssima, pois confirma que Abril continua vivo nas nossas escolas o que também é garante de que os seus valores se projetarão no futuro. ●

EBI dos Arrifes – S. Miguel



ES Vitorino Nemésio – Terceira





Exposição "A Escritora - Ana Hatherly no Arquipélago"

A Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, através da Direção Regional da Cultura, inaugurou, no Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, a exposição "A Escritora - Ana Hatherly na Coleção da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)".

Esta mostra, que é realizada em coprodução com a FLAD, é a primeira exposição nos Açores dedicada a Ana Hatherly. As obras apresentadas pertencem à coleção da FLAD, que possui um importante núcleo de trabalhos da artista.

João Mourão, diretor do Arquipélago e curador da exposição, escreveu que "são mais de 60 desenhos que agora são dados a ver, todos de pequeno formato, o tamanho de um postal que se escreve em cima da mesa de jantar, ou ao colo, e guardados num caderno de notas. Neles podemos entrever uma arqueologia da escrita, que nos conduz às origens dos signos e às heranças da caligrafia oriental, que a artista copiava, disciplinadamente", diz.

Os trabalhos datados de 1964 a 1989 "são testemunhos da pesquisa desenvolvida em torno da letra, do alfabeto, da palavra, da frase, revelando uma mão inteligente para quem é impossível distinguir entre artes visuais e poesia, imagem e texto, experimentação e academia.", refere o curador da exposição.

"A Escritora - Ana Hatherly na Coleção da FLAD" estará patente **entre 27 de março e 20 de junho** no Arquipélago, estando ainda prevista a ativação de atividades em torno da exposição, promovidas pelo Serviço de Mediação, tais como visitas-oficinas e visitas guiadas. ●

Abril 10 @ 16:00 - Junho 20 @ 18:00



Artes Retiro Construções de Tambores para famílias nas Flores

A Asso. Reinventar as Ilhas organiza o Retiro Construções de Tambores para famílias nas Flores nos dias **12 e 13 de junho** na **Fazenda das Lajes**. O Retiro Construções de Tambores para famílias será ministrado por Mário Rui Fernandes e Joana Barroso, no Valzinho. As vagas são muito limitadas para adaptar o evento às normas sanitárias em vigor. Mais info e inscrições: ovalzinhoflores@gmail.com / 910 781 811. ●

Desporto Santa Maria Trail 2021 - SMAT

Este Trail estará incluído, pela primeira vez, no calendário do Circuito Nacional de Trail, no Circuito da Taça de Portugal de Trail - Zona Açores e no Circuito de Trail Jovem. A prova, organizada pela secção de Trail Running da Casa do Povo de São Pedro na ilha de Santa Maria e após uma candidatura, com vários requisitos, no ano de 2021 estará incluída no calendário do Circuito Nacional de Trail, no Circuito da Taça de Portugal de Trail - Zona Açores e no Circuito de Trail Jovem.

Dia 15 de Agosto. Horário: 8h00 - 17h00

Para ter acesso ao voucher com a inscrição gratuita deverá ser contactada a organização do evento pelo email cpspedro12@gmail.com ●



Ação Formativa Animal Flow com Luís Silva

Animal Flow é um sistema de movimento do corpo humano e consiste em realizar posturas, transições e deslocamentos inspiradas nos movimentos de diversos animais. Deste modo, visa o desenvolvimento harmonioso da força, mobilidade, coordenação e agilidade, com uma procura estética e artística constante por parte de quem o pratica. O resultado culmina com a realização de Flows, i.e., coreografias dos elementos referidos de forma rítmica e fluida, convidando à interpretação individual de cada

praticante. Praticado em mais de 30 países, é um Sistema com Bases científicas na Anatomia Humana e Biomecânica devidamente alicerçadas. O Projeto de aprendizagem e prática de Animal Flow na Galeria Educação pela Arte, visa congrega Expressão Corporal, Atividade Física para a Saúde e Foco Mental de um modo lúdico e artístico por parte dos seus participantes.

Objetivos: Expressão corporal, promoção da saúde através da atividade física e foco mental. | Contactos: **969 168 234** / galeria.inscricoes@gmail.com ●



Animal Flow com Luís Silva até 25 de junho às 18h30, na Galeria Educação pela Arte, em Angra do Heroísmo



Artes

Azores Fringe Festival 2021 Ilha do Pico

Azores Fringe Festival 2021, organizado pela MiratecArts, será de **1 a 27 de junho** na ilha do Pico. Contará com exposição Letras & Livros, Filmes & Vídeo, artesanato, dança, música, teatro, workshops e performance. Arte Digital no Fringe: o primeiro projeto aprovado para a edição #9 do Azores Fringe Festival começa já... ●

Exposição

"A Ilha Terceira em tempos de peste" nova exposição do Museu de Angra

O Museu de Angra do Heroísmo (MAH) renova a sua oferta expositiva com a exposição a Ilha Terceira em Tempos de Peste, vigente até **3 de outubro próximo**.

Esta exposição, revelam os organizadores, pretende dar a conhecer como se reagiu localmente a algumas das epidemias que aqui aportaram, desde o século XVI até à atualidade, espelhando o duelo humano entre a doença e a medicina, a superstição e o esclarecimento, a morte e a vida.

A narrativa expositiva constrói-se a partir de peças do acervo do MAH, nomeadamente máscaras e vacinas antipestosas, doadas pelos herdeiros do médico Henrique Henriques Flores, e o cruzeiro central do claustro do antigo convento de Santo António dos Capuchos (1696), bem como outras cedidas temporariamente pela Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e pela Farmácia Pimentel. A mostra conta ainda com a participação do fotógrafo Timothy Lima, autor de quatro fotografias em grande formato que remetem para o contexto pandémico atual, destacando o papel essencial dos profissionais de saúde na luta contra a COVID-19, a quem o Museu de Angra do Heroísmo dedica a presente exposição.

O programa de ações de dinamização desta nova exposição do MAH inclui uma visita temática à hora do almoço subordinada ao tema "Pragas, Pestes e Curas"; uma saída de campo aos cemitérios do Livramento e da Conceição, uma comunicação sobre as virtudes medicinais de plantas, um ateliê infantil de arqueologia e uma oficina sobre superstições e mezinhas tradicionais. ●

Exposição

Apontamentos de Viagem Desenhos de Carlota Monjardino

O espaço de entrada da **Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro** recebe a exposição "Apontamentos de Viagem" de Carlota Monjardino. Patente até ao dia **30 de abril**, esta mostra é uma retrospectiva das viagens que a artista fez, onde registou no seu diário gráfico os locais por onde foi passando. Natural de Angra do Heroísmo, a pintora reconhece que o desenho, por fazê-la investir tempo no local e na ação da captura, lhe permite levar para casa

uma parte da essência do sítio que visitou. Por esse motivo, e apesar da existência de meios tecnológicos que permitem a captação e salvaguarda de imagens, acredita que nada substitui o desenho. Mestre em pintura, Carlota Monjardino, realizou, entre 1996 e 2020, 29 exposições individuais, e inúmeras coletivas em diferentes países da Europa e do Continente Americano. Visite a Biblioteca e conheça o trabalho da artista. ●



Website: carlotamonjardino.wordpress.com

Música

Grupo Tributo de São Jorge apresenta o seu quarto CD



O grupo musical jorgense Tributo apresentou o seu mais recente trabalho discográfico. Intitula-se "**Tributo a Nós**" e é o quarto CD de originais deste grupo da ilha de São Jorge. A Casa Museu Cunha da Silveira, na Vila de Velas, foi o palco para a apresentação de mais este trabalho, que começou a ser gravado em estúdio no início de 2020, mas só agora foi possível o seu lançamento, devido à pandemia, que adiou as gravações do mesmo. Entre a saudade e a despedida, as tradições e cultura, as dez faixas que compõem este CD são um tributo ao povo jorgense, em particular, e aos açoreanos, em geral. ●



20 FORMAÇÃO 21 DE PESSOAL DOCENTE

INSCRIÇÕES
EM WWW.SPRA.PT

ÁREAS SINDICAIS	AÇÕES	FORMADOR	DESTINATÁRIOS	HORAS/CRÉDITOS	DATAS
Santa Maria	O Mar que nos rodeia	Joana Pombo	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	26, 28 e 29 de junho
	Seminário: Educar em contextos de (r)evolução digital: desafios e possibilidades de gestão curricular e tecnologia educacional	Francisco Sousa	Docentes de todos os níveis de ensino	6 ☺ / 0,2 ☑	22 de maio
	Seminário: Cidadania e desenvolvimento: Interculturalidade e Direitos Humanos	Anibal Pires	Docentes de todos os níveis de ensino	6 ☺ / 0,2 ☑	29 de maio
	Coaching Educacional – O Pensamento Positivo na Atividade Docente	Gustavo Couto	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	28, 29 e 30 de junho
São Miguel	Práticas musicais e atividades artísticas no pré-escolar e ensino básico	Mário Moniz	Docentes dos grupos 100, 101, 110, 111, 250 e 700 (formação específica)	20 ☺ / 0,8 ☑	28, 29 e 30 de junho e 1 de julho
	Expressão Dramática	Gilberto Cardoso	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	1, 2, 5 e 6 de julho
	Primeiros Socorros em espaço escolar	Maria do Carmo Costa	Docentes de todos os níveis de ensino	25 ☺ / 1 ☑	5 a 9 de julho
	Ludopedagogia – Gramática 1.º Ciclo	Flávia Medeiros	Professores do 1.º CEB	15 ☺ / 0,6 ☑	7, 8 e 9 de julho
	Primeiros Socorros em espaço escolar - saber para atuar	Maria do Carmo Costa	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	12, 13 e 14 de julho
	Articulação do Corpo e da Voz	Alexandre Braga	Docentes de todos os níveis de ensino	25 ☺ / 1 ☑	12, 13, 14, 15 e 16 de julho
	Seminário: Cidadania e desenvolvimento: Interculturalidade e Direitos Humanos	Anibal Pires	Docentes de todos os níveis de ensino	6 ☺ / 0,2 ☑	22 de maio
	Seminário: Educar em contextos de (r)evolução digital: desafios e possibilidades de gestão curricular e tecnologia educacional	Francisco Sousa	Docentes de todos os níveis de ensino	6 ☺ / 0,2 ☑	29 de maio
Terceira	LEGO Mindstorms: "Programa o teu Robot"	Alexandre Neves	Docentes de todos os níveis de ensino	25 ☺ / 1 ☑	21 a 25 de junho
	Artes Performativas: Processos criativos facilitadores da aprendizagem	Flávia Medeiros	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	30 (tarde) de junho e 1 e 2 de julho
	Noções elementares da robótica: Ensinar e aprender, brincando e construindo	Alexandre Neves	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	5 a 8 de julho
	Wellness Coaching – A Saúde e o Bem-estar do Professor	Gustavo Couto	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	12 a 14 de julho
Graciosa	Educando para sustentabilidade- Resíduos	Ana Sofia Matos	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	7, 8 e 9 de julho
São Jorge	Pensar o Sentir, Filosofia e Yoga na Educação	Ana Rita Fraga	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	12 a 14 de julho
Pico	Pensar o Sentir, Filosofia e Yoga na Educação	Ana Rita Fraga	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	28 a 30 de junho
	Conciliação da saúde com o trabalho	Filipe Campos	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	12 a 14 de julho
Faial	Conciliação da saúde com o trabalho	Filipe Campos	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	28 a 30 de junho
	Pensar o Sentir, Filosofia e Yoga na Educação	Ana Rita Fraga	Docentes de todos os níveis de ensino	20 ☺ / 0,8 ☑	7 a 9 de julho
Flores/Corvo	A criatividade artística na reutilização dos tecidos	Ana Carvalho	Docentes de todos os níveis de ensino	15 ☺ / 0,6 ☑	29, 30 de junho e 1 de julho

Ações de formação para Associados do SPRA.

Data limite para Inscrições:

Ações de Formação até 15 de junho

Seminários: até 5 dias antes da sua realização.

